

Jornal da

CUT®

BRASIL

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES
ano 1 · nº 1 · março de 2008 · www.cut.org.br



**CUT lança
primeira edição de
seu jornal mensal**

Página 2

**Centrais conquistam,
finalmente,
reconhecimento legal**

Página 2

**Luta das
mulheres constrói
25 anos de
combatividade
da Central**



Página 3

**Mais direitos
trabalhistas combinam
com geração de
empregos e crescimento**

Página 8

**1-5-1
1-5-8
PEC 3-9-3**



**Convenções 151
e 158 da OIT e
redução da jornada
sem redução de
salários: táticas da
CUT na disputa com
o capital.**

páginas 4,5 e 6

ediTorial



O Jornal da CUT, que estamos lançando agora, é mais uma iniciativa da Central para nos aproximar das nossas bases. Conjugado com os indispensáveis jornais dos sindicatos e das entidades cutistas, com nosso Portal do Mundo do Trabalho, com os programas de rádio e com as publicações temáticas que produzimos, este jornal pretende ajudar militantes e dirigentes a conhecer as prioridades que a CUT tem e apresentar dados e argumentos para defender nossas propostas.

Por suas dimensões – oito páginas e periodicidade mensal, o Jornal da CUT precisa ser uma extensão dos veículos que já temos e que podem apresentar abordagens mais profundas sobre os temas. Por isso, apontaremos sempre aos leitores o caminho para encontrar mais dados, fazendo deste jornal também uma espécie de guia de estudos.

O momento para lançá-lo não poderia ser mais apropriado. Estamos completando 25 anos de fundação, ao mesmo tempo que o Brasil completa 20 anos de sua Constituição democrática. 2008 também marca os 25 anos de morte de Margarida Maria Alves e 20 anos da morte de Chico Mendes e Henfil, personagens heróicos de nossa luta por democracia e valorização dos trabalhadores e trabalhadoras.

Vivemos também momentos de definição. Dependerá de nossa organização e mobilização permanente transformar em realidade três bandeiras históricas que a CUT empunha desde seu nascimento. As Convenções 158 e 151 da OIT/ONU (Organização Internacional do Trabalho) já foram encaminhadas ao Congresso Nacional. Um pouco do que elas significam e do que devemos fazer para consolidá-las está na matéria principal deste jornal. A outra luta é pela redução da jornada de trabalho sem redução de salários, também destaque desta edição.

Artur Henrique, presidente nacional, e Rosane Bertotti, secretária nacional de Comunicação

Conquista

Enfim, o reconhecimento

Na noite de 11 de março, a Câmara dos Deputados aprovou afinal o projeto de lei 1990/07, que reconhece legalmente as centrais sindicais de trabalhadores. O reconhecimento atende a uma reivindicação tão antiga quanto a própria CUT.

Agência Câmara



Militantes das centrais observam, das galerias, a votação do PL

Assim, está formalizado algo que havia sido conquistado no embate político. A CUT consolidou o espaço e o papel de representante de sua base de trabalhadores e trabalhadoras, mas a legislação não permitia, por exemplo, que a entidade ingressasse com ações na Justiça – por causa da ausência de reconhecimento legal.

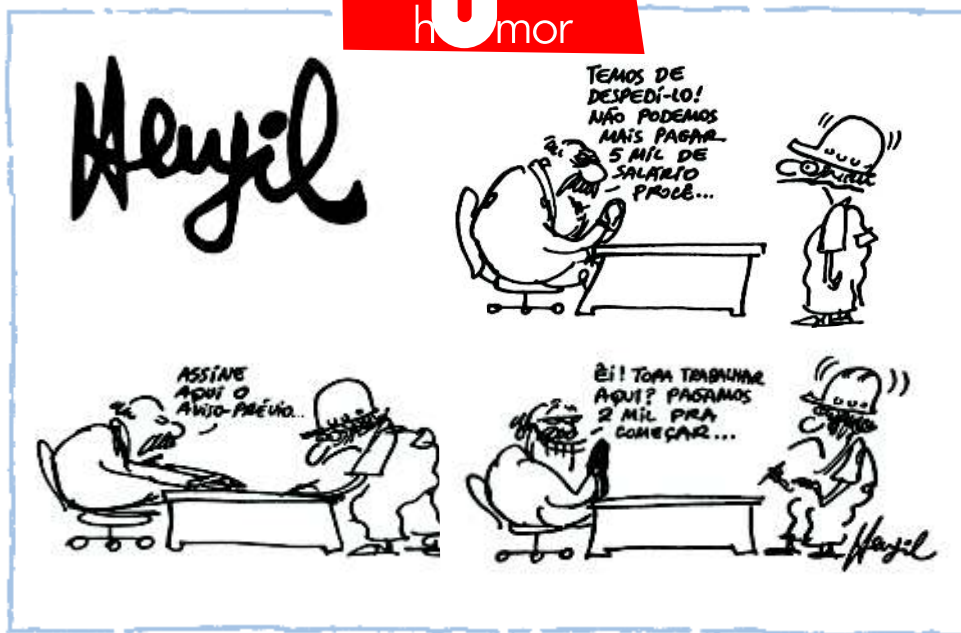
“Foi uma conquista histórica”, comemorou a secretária nacional de Organização Sindical, Denise Motta Dau. Ela destaca, como ponto positivo, o fato de o projeto estabelecer critérios objetivos para que uma entidade seja reconhecida – é preciso comprovar que existe base de representação. “É um passo rumo a outras mudanças ainda necessárias, como a organização no local de trabalho”, diz.

Como próximo desafio imediato, Denise não titubeia: “Precisamos agora acabar com o imposto sindical”. A CUT firmou com as centrais e o Ministério do Trabalho um compromisso para acabar com o imposto e substituí-lo pela contribuição negocial. Há um grupo de trabalho encarregado de elaborar a mudança, cujo processo está praticamente pronto. Para saber mais, acesse www.cut.org.br/reconhecimento.



Henfil, gênio do traço e do texto, tinha talento militante. Produziu muito para o movimento sindical cutista. O cartum ao lado, realizado provavelmente entre o final dos 70 e início dos 80, retrata a alta rotatividade no mercado de trabalho como tática para achatá-los salários. A moeda mudou, não é mais o cruzeiro, mas a prática persiste. Daí a necessidade de ratificação da Convenção 158 da OIT. Henfil morreu em janeiro de 1988.

Humor



expediente:

Jornal da CUT é uma publicação mensal da Central Única dos Trabalhadores. **Presidente:** Artur Henrique da Silva Santos; **vice-presidente:** Carmen Helena Ferreira Foro; **secretário geral:** Quintino Marques Severo. **Direção Executiva:** Adelson Ribeiro Telles; Anízio Santos de Melo; Antonio Carlos Spis; Antonio Soares Guimarães; Carlos Henrique de Oliveira; Dary Beck Filho; Denise Motta Dau; Elisângela dos Santos Araújo; Expedito Solaney Pereira de Magalhães; Jacy Afonso de Melo; João Antônio Felício; José Celestino Lourenço; José Lopez Feijóo; Julio Turra Filho; Lúcia Regina dos Santos Reis; Manoel Messias Nascimento Melo; Milton Canuto de Almeida; Rogério Batista Pantoja; Rosane da Silva; Rosane Bertotti; Temístocles Marcelos Neto; Vagner Freitas de Moraes. **Jornalista responsável:** Isaias Dalle (MTB 16.871). **Redação e edição:** Ana Paula Carrion, Isaias Dalle, Leonardo Severo, Paula Brandão (equipe Secom), Cristina Martins Taverin e Fernanda Silva Santos (estagiárias). **Capa:Toco. Projeto gráfico e diagramação:** TMax Propaganda. 20 mil exemplares.

his tória

Central, substantivo feminino

Para um recém-chegado, pode parecer que a presença e a influência das mulheres na CUT são naturais e vêm desde sempre. Mas, como tudo que diz respeito à história da Central, exigiu muita luta. E ainda exige.

Cibele Aragão

Mesmo libertária, de esquerda, em busca de igualdade e movida por um desejo de transformação que perpassava vários grupos e atores sociais, a CUT é fundada em 28 de agosto de 1983 com imensa maioria de homens – reflexo mesmo de um legado cultural ainda mais forte à época. Como referência, basta citar que dos pouco mais de 150 integrantes das coordenações nacionais e estaduais da CUT instituídas há exatos 25 anos, havia 12 companheiras.

“Sempre afirmamos que a pauta do movimento sindical não se esgota na conquista de uma sociedade economicamente mais justa, mas de que é preciso a desconstrução do conceito de que há seres inferiores”, comenta Sandra Cabral, que coordenou a Comissão Nacional Sobre a Mulher Trabalhadora da CUT entre 93 e 97. Aliás, o surgimento da Comissão, em 1986, foi um dos marcos dessa trajetória.

Tempos depois, em 1991, a CUT aprovaria a primeira resolução favorável ao aborto. “Foi uma ousadia por se tratar de um tema polêmico até hoje. Legitimou a CUT junto às organizações de mulheres”, avalia Didice Godinho Delgado, coordenadora da primeira gestão da Comissão. Outro momento emblemático da luta foi o estabelecimento da cota mínima de 30% das vagas para mulheres nas direções da CUT, em 93. No ano seguinte e até 97, a coordenadora da Comissão seria Luci Paulino.

O ano 2000 registrou a primeira candidatura feminina à Presidência Nacional da CUT. Mônica Valente disputaria o 7º Concut e o ineditismo da



Em maio de 89, CUT realiza seminário de formação em gênero

conjuntura não passaria despercebido na mídia e na sociedade.

Já ia consolidado o caminho para a fundação da Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora (SNMT) no 8º Concut, em 2003, sob comando da saudosa Maria Ednalva Bezerra de Lima – que já vinha coordenando a Comissão desde 97 e em cuja gestão ocorreu forte expansão da política de gênero por todas as entidades e ramos da Central. Em 2007, a vice Carmem Helena Foro assume a Presidência Interina da CUT, em outra passagem da história repleta de momentos singulares dessa luta e da SNMT, hoje sob comando de Rosane da Silva. ●●●

A época

Esportes

Flamengo sagra-se bicampeão brasileiro. Grêmio vence o Hamburgo e torna-se campeão mundial interclubes. Nelson Piquet vence o mundial de F1 pela segunda vez, mesmo ano em que Ayrton Senna fatura o inglês de F3. O mundo perde Garrincha. João da Mata vence a São Silvestre.

Economia

Maxidesvalorização do cruzeiro. O dólar, já no início do ano, custava Cr\$ 259,69 e fecha em Cr\$ 990 em dezembro. Salário mínimo é reajustado para Cr\$ 34,7 mil. O grupo Matarazzo pede concordata.

Política

Em 15 de março tomam posse os primeiros governadores eleitos após o golpe de 1964. Em 21 de julho a Comissão Nacional Pró-CUT organiza a primeira greve geral após o golpe militar. Em novembro acontece o primeiro grande comício pelas Diretas Já.

Internacional

Em abril, os EUA de Reagan se negam a assinar proposta soviética de tratado contra armas nucleares no espaço e lançam o programa Guerra nas Estrelas. EUA invadem a ilha de Granada. Vitória dos conservadores dá mais cinco anos a Margareth Thatcher na Inglaterra. Argentina elege Raúl Alfonsín presidente. Em maio, apesar da forte repressão, chilenos vão às ruas contra Pinochet no ano 10 da morte de Salvador Allende.

Cultura

Campina Grande realiza a primeira edição do Maior São João do Mundo. Fellini lança *E la Nave Va, Pra Frente Brasil*, de Roberto Farias, vence o prêmio da Confederação Internacional de Cinema de Arte e Ensaio no Festival de Berlim. *Gandhi*, de Richard Attenborough, vence o Oscar. Marion Zimmer Bradley publica *As Brumas de Avalon*, recordista de vendas. *Feliz Ano Velho* de Marcelo Rubens Paiva lidera entre os livros brasileiros. Criada a banda Sepultura. Morre Clara Nunes.

Ciência e Tecnologia

Em Paris, no instituto Pasteur, é identificado o vírus causador da Aids. Primeira transmissão telefônica via fibra ótica. Telefones celulares de 3 mil dólares começam a ser usados em Chicago. O 'mouse' chega aos computadores pessoais.

@cesse

nosso portal e conheça mais sobre a história do movimento sindical

www.cut.org.br

151 e 158.c

Desde que foi fundada, a CUT defende que as convenções 151 e 158 da OIT/ONU (Organização Internacional do Trabalho) entrem em vigor no Brasil.

Depois de todo esse tempo e de muita mobilização, o texto das duas convenções foi enviado em fevereiro pelo governo Lula ao Congresso Nacional, que agora tem o dever de ratificá-las.

Combinadas com a redução da jornada de trabalho sem redução de salários, outra campanha que a CUT está realizando neste período (*leia texto na página 6*), as convenções 151 e 158 vão contribuir para democratizar as relações de trabalho e para que os trabalhadores e trabalhadoras sejam mais bem remunerados por sua contribuição ao desenvolvimento do Brasil. A economia cresce e o empresariado lucra como nunca. Portanto, é o momento de repartir melhor os frutos do progresso.

A Convenção 151, depois de ratificada pelo Congresso Nacional, vai garantir o direito de negociação no serviço público. Atualmente, não há nenhuma regra que permita aos servidores negociar com o governo federal, com os governos estaduais ou prefeituras. Na maior parte dos estados e municípios, se os servidores quiserem apresentar reivindicações ou propostas têm de fazer greve pois, do contrário, não são sequer recebidos em audiência.

No setor privado, a Convenção 158 vai estabelecer uma nova dinâmica para os processos de demissão. Hoje, qualquer patrão pode demitir sem sequer explicar as razões, nem

para o trabalhador nem para o sindicato. Com a entrada em vigor da Convenção 158, o patrão vai precisar, antes de demitir, comunicar os trabalhadores e os sindicatos que os representam e explicar os motivos da demissão.

E depois?

Depois que o sindicato for comunicado, será aberto um processo de negociação com a empresa. O objetivo é encontrar uma alternativa à demissão. O sindicato vai poder avaliar se as razões apresentadas pelo empregador são justas ou se há uma outra forma de resolver o problema.

Um exemplo bastante conhecido é a câmara setorial do setor automotivo, nos anos 1990. As montadoras, enfrentando grave crise, anunciaram demissões em massa. Os sindicatos cutistas propuseram então uma força-tarefa formada por trabalhadores, empresas e governo federal, para contornar as dificuldades. Chegaram a um acordo histórico: com redução de impostos e mudanças na linha de produção, deu-se origem aos carros mil cilindradas no país. As demissões foram suspensas e as empresas pavimentaram caminho para os recordes de produção e venda registrados hoje em dia.



Manifestantes dão 'aperto' no Congresso para cobrar ratificação



...das convenções, enviadas pelo governo em 14 de fevereiro

Para entender melhor o papel da 158, podemos imaginar algumas situações. Se a empresa alegar problemas econômicos para justificar a demissão, o sindicato poderá propor mudanças que ajudem a superar a dificuldade. Isso já aconteceu e acontece em alguns setores de atividade no Brasil, mesmo sem a 158, graças à maturidade do movimento sindical cutista.

Essa prática é comum e bastante forte em alguns ramos de atividade. Há muitos sindicatos da CUT que já mantêm tal relação com as empresas, graças a acordos coletivos das categorias. E nem por isso as empresas deixaram de crescer ou de admitir novos trabalhadores. Ao contrário, todos ganham. A realidade já demonstra que não há razões para o terror que está sendo espalhado



Que bicho é esse?

por jornais e alguns empresários. Em alguns casos, a demissão não poderá ser evitada. Em situações assim, o trabalhador receberá todos os direitos rescisórios que já existem – aviso prévio, FGTS, seguro-desemprego, férias e 13º proporcionais e, também, a multa do FGTS.

De onde vieram?

A Convenção 158 é fruto de entendimento internacional e já está em vigor em 34 países, como Alemanha, França, Espanha e Suécia. No Brasil, a 158 está em acordo com o parágrafo 7, inciso 1º da Constituição Federal, que prevê: “São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros, (...) relação de emprego protegida contra a despedida arbitrária ou sem justa causa, **nos termos da lei complementar**, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos”. A lei máxima de nosso país, assim, clama por uma legislação como a 158.

Por quê?

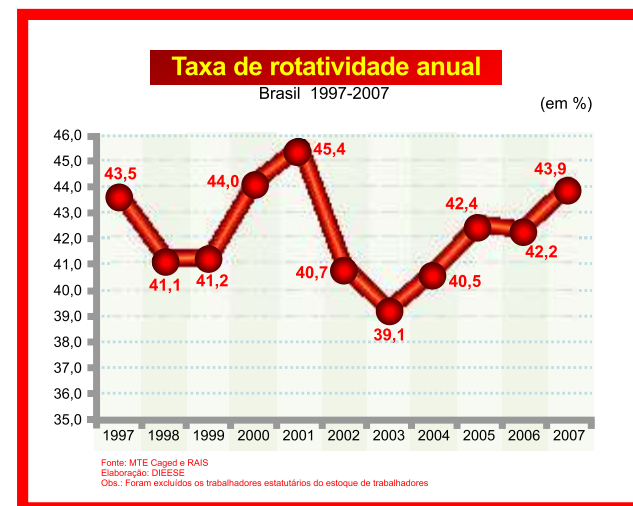
No Brasil, parte significativa do empresariado utiliza-se com frequência da demissão como forma de achatar salários. Demite-se para depois contratar outro trabalhador que ganha menos. Em 2007, a queda de salário entre um demitido e um recém-admitido era próxima de 10%. São vítimas

da alta rotatividade 44% da mão-de-obra (vide gráfico). Todo mundo perde: as empresas gastaram cerca de R\$ 16 bilhões com demissões no ano passado, segundo cálculo do Dieese. Além disso, se as empresas não despedissem indiscriminadamente, haveria mais empregos.

Os resultados negativos propagam-se – salários menores, menor consumo. Há também a instabilidade e o medo quanto ao futuro, razão do adoecimento por estresse de 91% dos homens e de 83% das mulheres, segundo pesquisa recente. Maior instabilidade, menor chance de planejamento e investimento, portanto, menor consumo.

No setor público

A outra convenção que exigimos, a 151, vai criar um clima muito mais favorável aos servidores públicos e aos cidadãos que utilizam os serviços do Estado. Com negociação permanente – reuniões periódicas entre governos e seus trabalhadores – problemas poderão ser resolvidos com antecedência e propostas para melhoria dos serviços serão encaminhadas. A CUT já tem um projeto para regulamentar a 151: criação de grupos de negoci-



ação com a participação de usuários, como forma de contribuir com o trabalho dos servidores e auxiliar na gestão do Estado.

Depois da ratificação

Depois que deputados e senadores ratificarem o texto das convenções 151 e 158, será necessário regulamentá-las. O prazo para a regulamentação será de um ano. Antes de tudo isso, porém, haverá um duro embate no Congresso, já que alguns parlamentares prometem resistir ao avanço.

“Devemos nos manter mobilizados, definir um calendário de lutas, nas ruas e no Congresso, como forma de conquistar a opinião pública e garantir as ratificações e a aprovação da redução da jornada sem redução de salários”, afirma o presidente da CUT, Artur Henrique. Como exemplo da resistência conservadora, vale lembrar que a 158 chegou a vigorar no Brasil, até ter sido torpedeada pelo FHC em 1996 – há uma ação movida pela CUT, Contag e CNM no Supremo Tribunal Federal contra aquela atitude.



As Américas têm nova confederação sindical



Será realizado entre os dias 27 e 29 de março, na cidade do Panamá, o Congresso de Fundação da Confederação Sindical de Trabalhadores das Américas (CSA), entidade formada a partir da unificação das duas maiores organizações sindicais do continente: a Organização Regional Interamericana de Trabalhadores (ORIT) e a Central Latino-americana de Trabalhadores (CLAT).

Entre as principais linhas de ação da CSA estão o combate ao modelo neoliberal e à perversa lógica do livre comércio, a luta pelos direitos humanos, liberdade sindical e trabalho decente, e pela integração dos povos.

O Congresso de Fundação da CSA reunirá mais de 500 participantes, entre delegados, observadores e convidados.

redução da Jornada

Abaixo-assinado percorre o país

A campanha pela redução da jornada de trabalho sem redução de salários percorre todo o país. A CUT e seus sindicatos filiados, através da militância e dos dirigentes, estão colhendo assinaturas para um imenso abaixo-assinado de apoio a essa importante mudança no país.

Queremos que a jornada semanal seja de 40 horas, em lugar das 44 horas estabelecidas pela Constituição. Os objetivos são gerar mais empregos, justiça social e qualidade de vida.

A economia nacional cresce e a produção e lucro das empresas aumentam ano após ano, mas quem vive apenas de seu trabalho continua fora desses ganhos, apesar de sermos grandes responsáveis pelos resultados positivos.



Militantes colhem assinaturas no centro de São Paulo

...em Recife, 70% dos comerciários trabalham até 50 horas por semana...

Quem está no mercado trabalha muito além de 44 horas – em Recife, por exemplo, a maioria de quem atua no comércio (mais de 70%) chegou a cumprir até 50 horas por semana, em 2006. Quem está fora, tem dificuldades para conseguir emprego. Enquanto isso, a produtividade da indústria cresceu 150% nos últimos 15 anos. Os ganhos se acumulam e a redução da jornada não vai atrapalhar os patrões.

O Dieese calcula que a redução da jornada vai gerar mais de 2 milhões de novos empregos.

Já existe um projeto de mudança constitucional para reduzir a jornada, a PEC 393/01, à espera de votação pelo Congresso Nacional. O abaixo-assinado que estamos realizando vai reunir mais de 1 milhão e meio de assinaturas de brasileiros e brasileiras, quantidade mínima para servir de pressão sobre deputados e senadores e dizer, com clareza: queremos a redução da jornada sem redução de salários. O abaixo-assinado será concluído em 1º de Maio. Uma das formas de participar é acessando nossa página na internet.

política

Central consegue alterações pró-trabalhadores em reforma tributária

A CUT interferiu na proposta de reforma tributária que o governo federal apresentaria, dias depois, ao Congresso Nacional. No dia 25 de fevereiro, em audiência com Lula e ministros, a CUT cobrou que a desoneração da folha de pagamento não se desse com a pura e simples redução da contribuição patronal para a Seguridade Social, mas sim com a mudança do modelo de arrecadação, que passaria a incidir sobre o faturamento e não mais sobre a folha e beneficiaria setores que mais geram empregos formais. Desta forma, evita-se também queda nas verbas da Seguridade. O governo então se comprometeu a tratar do assunto através de lei complementar, negociada com o movimento sindical.

A CUT exigiu também a implementação do Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF). O fim da cobrança do salário-educação sobre a folha foi vista com reservas, pois não se pode reduzir os repasses da escola pública para prefeituras e estados. A Central conseguiu o compromisso governamental de manter a alíquota e os

valores. Foi apontada também a ausência de mudanças na tabela do Imposto de Renda que desonerem uma faixa mais ampla de assalariados. Como pontos positivos da proposta inicial, a CUT destacou o combate à guerra fiscal e a unificação e simplificação de impostos.

Contramão - A CUT tem reiterado "o anseio geral da sociedade brasileira por crescimento sustentável e ainda mais acelerado, especialmente como fórmula para enfrentar crises externas. O Copom, órgão do Banco Central, não só deveria baixar a Selic como, cumprindo função constitucional, também estipular metas de queda para os juros do mercado", afirmou a Central, em nota no último dia 5.

Soberania - A violação da soberania do Equador por parte do governo colombiano de Álvaro Uribe, aliado de Bush, recebeu condenação enérgica da CUT. Na ação, foi assassinado o chanceler das Farcs, Raul Reyes, que negociava a liberação de reféns. A política de terrorismo

de Estado implementada nos últimos 20 anos, por sucessivos governos na Colômbia, já levou à morte 2.574 sindicalistas.

Bombardeios - Em franco desrespeito à lei e à comunidade internacional, as tropas de Israel continuam seus bombardeios contra a população civil da Faixa de Gaza. Os alvos têm sido escolas, hospitais e fábricas, mantendo um milhão e meio de palestinos cercados, privados de água, luz, combustível, remédio e comida, paralisando os serviços públicos e produzindo uma catástrofe humanitária.

Fidel Castro - Após 49 anos no comando do processo revolucionário cubano, o líder Fidel Castro decidiu seguir o combate "como um soldado das idéias". Sob a direção do comandante, a Ilha do Caribe tornou-se exemplo de educação e saúde públicas, tendo enfrentado e derrotado a mais longa lista de agressões do imperialismo que se tem notícia. O criminoso bloqueio imposto pelos EUA impede até mesmo a recepção de medicamentos e marca-passos para suas crianças.

Curtas

Mulher e participação

A Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (CNMTR) da Contag lança em abril a campanha "Mulher, participação, poder e democracia". O objetivo é fomentar um grande debate nacional sobre a importância de as mulheres assumirem cargos públicos e no movimento sindical. Segundo a coordenadora da Comissão e vice-presidente da CUT, Carmem Foro, a campanha vai ter duração de dois anos e abranger eleições partidárias nos municípios e sindicais.

Consumidor cidadão

A Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (Contracs/CUT) mobilizou suas entidades para as atividades voltadas ao Dia do Consumidor, comemorado em 15 de março, com o enfoque de Consumidor Cidadão e para a luta pela redução da jornada de trabalho sem redução de salários. Só no ramo, a medida deve gerar 1.367.622 novos e valiosos empregos, além de garantir qualidade de vida a todos os empregados.

Acampamento em Brasília

A Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetrafi/CUT) participa de 14 a 17 de abril, em Brasília, de um acampamento convocado pelo Fórum da Reforma Agrária e Justiça no Campo. O Acampamento de Formação e Capacitação das Famílias assentadas, acampadas, agricultores familiares e suas lideranças tem por objetivo fortalecer a defesa de um desenvolvimento rural sustentável, baseado na democratização do acesso à terra.

Saúde pública

No dia 7 de abril, Dia Mundial da Saúde, a CNTSS/CUT está organizando um "Dia Nacional de Luta contra as Fundações Estatais de Direito Privado". Mobilizações, audiências públicas e debates nos Estados servirão para discutir o financiamento da saúde e chamar a atenção da sociedade para o combate às modalidades de gestão privatizantes que colocam em risco a implantação do SUS.

Seminário Internacional

O Sindicato Nacional dos Trabalhadores Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sintapi/CUT) realiza entre 17 e 18 de março o Seminário Internacional sobre Previdência Social e Organização dos Aposentados Brasileira. O evento acontece no auditório da CUT nacional e tem parceria com Inca Patronato Spi/Cgill. Mais - (11) 2108.9217.

Contrato Nacional



Parizotti

A Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM/CUT), em 2008, continua na luta pela implantação do Contrato Coletivo Nacional de Trabalho, para acabar com as diferenças de salário e de jornada dos metalúrgicos nas diversas regiões do país. Outra questão importante são as ações pela ratificação da Convenção 158 da OIT, contra a demissão imotivada, que é o principal fator da rotatividade de mão-de-obra no setor.

Aposentadoria especial

O Instituto Nacional de Saúde no Trabalho (INST) encaminhou ao Ministério da Previdência Social as diretrizes para uma lei complementar sobre aposentadoria especial, em que retoma os conceitos de insalubridade, penosidade, periculosidade, atividades perigosas, de risco ou que ofereçam perigo de morte. Entre as prioridades está a criação de mecanismos de ampliação e revisão da lista dos agentes nocivos à saúde e integridade física, com participação dos trabalhadores e seus sindicatos.

Trabalhadores da Ambev

Com apoio do projeto CUT-Multi, a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação (Contac/CUT) promove dia 25 de março um Encontro de Trabalhadores da Ambev. Em pauta, a reorganização dos funcionários da indústria cervejeira e uma campanha salarial nacional, congregando sindicatos cutistas e das demais centrais. Mais - (11) 2108.9196

Carteira assinada

A Confederação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores na Construção e na Madeira (Conticom/CUT) apresentou uma pauta ao governo para combate à informalidade que alcança 70% do setor. Entre as propostas está a de condicionar a liberação da Certidão Negativa de Débito (CND) ao cumprimento da legislação trabalhista. Nas reuniões, com a participação dos ministérios da Previdência, Trabalho e Fazenda, a Conticom tem defendido o uso deste dispositivo "prático, ágil e seguro contra as maracutaias".

Formação para químicos

A Confederação Nacional dos Químicos (CNQ/CUT) inicia em abril a quarta edição nacional de seu Formaquim (Programa de Formação para o Ramo Químico), que percorrerá cinco estados e formará 600 lideranças. O conteúdo abarca negociação coletiva, saúde do trabalhador, cadeia produtiva e gênero.

Bancários 2008

A Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) dará início à preparação da Campanha Salarial dos Bancários, que têm data-base em setembro. Uma plenária na segunda quinzena de março reunirá dirigentes dos sindicatos e federações ligados à entidade para debater as estratégias. Em 2007, os bancários alcançaram bons resultados, como um reajuste salarial acima da inflação e a conquista da 13ª cesta-alimentação incorporada à Convenção Coletiva Nacional da categoria, entre outras vitórias.

economia

Direitos trabalhistas, crescimento e geração de empregos: uma combinação que funciona

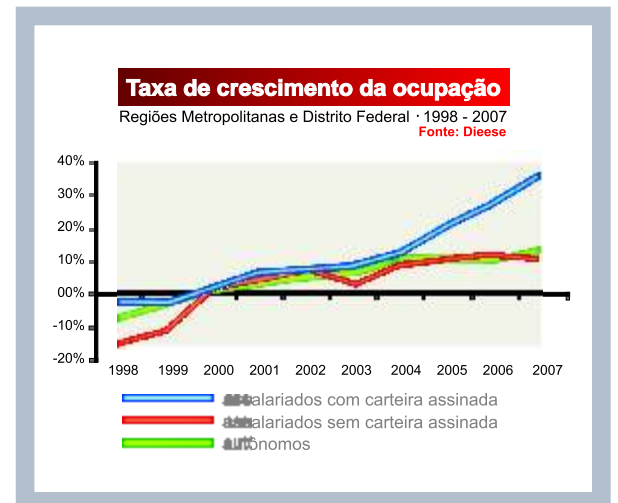
Lembra do tempo em que jornais, revistas e “especialistas” anunciaram o fim do emprego? Nos anos 1990, época de total desregulamentação do mercado, privatizações e desemprego em alta, os neoliberais queriam justificar as opções desastrosas que fizeram afirmando que direitos trabalhistas e carteira assinada eram coisas do passado. Na opinião deles, quanto menos direitos, mais emprego e desenvolvimento.

Dados recentes provam uma vez mais que eles estavam errados e nós, do movimento sindical cutista, tínhamos razão. Como mostra o gráfico ao lado, a partir do ano 2000 e especialmente depois de 2003, o número de empregos com carteira assinada cresce continuamente. E a economia acompanha – já são 22 trimestres de elevação sem interrupções,

segundo análise do Dieese. É o tal do círculo virtuoso – mais brasileiros com emprego decente, mais consumo e fortalecimento do mercado interno.

Outro pilar desse processo de crescimento é a política de valorização do salário mínimo, cujo aumento real (acima da inflação) desde 2004 acumula 37%. O resultado, fruto direto das Marchas Nacionais do Salário Mínimo, promoveu melhoria na renda de aproximadamente 17 milhões de aposentados e pensionistas e de 18 milhões de assalariados na ativa.

Na opinião do presidente da CUT, esses dados comprovam o acerto do movimento sindical e pavimentam o caminho para um desafio ainda presente: recuperar com mais vigor o rendimento



médio mensal dos trabalhadores e trabalhadoras. “Até 2003, foram muitos anos de achatamento que levaram os salários ao fundo do poço. A recuperação existe, mas precisamos de mais do que reajustes reais. A redução da jornada sem redução de salários é uma das ferramentas para isso”, afirma.

direitos

Há uma nova forma para identificar as doenças causadas pelo trabalho, reconhecê-las como tal e garantir os direitos decorrentes, tais como o recolhimento do FTGS durante o período de afastamento e a estabilidade no emprego por 12 meses, perdidas quando a relação entre o adoecimento e o trabalho não é estabelecida.

A mudança vale desde abril de 2007 e, para ser respeitada, quem procura o INSS deve conhecê-la e cobrar os médicos peritos.

O procedimento foi criado a partir do Nexo Técnico Epidemiológico (NTE). Através dele, se alguém estiver sofrendo de uma doença que é muito comum em seu setor de atividade, o médico perito é orientado pela nova legislação a classificar o problema, de pronto, como doença do trabalho, independentemente da CAT – Comunicação de Acidente de Trabalho.

Por exemplo: se um bancário estiver com algum tipo de LER (Lesão por Esforços Repetitivos), doença extremamente comum no setor financeiro, o Nexo Técnico Epidemiológico apontará que a doença é do trabalho. O mesmo valeria para dores e lesões na coluna cervical entre trabalhadores da construção civil, entre outros casos.

Para tanto, o médico deve inserir no cadastro eletrônico o código da doença, que vai se cruzar com um banco de dados das ocorrências mais comuns em cada setor.

Antes dessa mudança, o trabalhador tinha de enfrentar imensa burocracia para “provar” que estava doente e ter afastamento ou receber auxílio-doença. Depois do Nexo, a tendência é outra.

Cultura



Cena do filme registra assembleia no Paço de São Bernardo

Uma equipe de filmagem percorre as cidades do ABC nos já longínquos anos de 1979 e 1980 conversando com operários e suas famílias, registrando depoimentos de mensalistas atônitos ou contrariados e acompanhando, com câmara aberta, as assembleias que ocorriam no Paço Municipal de São Bernardo e nas portas de fábrica. Captava cenas que ninguém poderia dizer com certeza onde desembocariam.

As imagens resultaram num clássico do cinema documentário brasileiro, o filme *Linha de Montagem*, do diretor Renato Tapajós. Já as greves que a equipe acompanhava ajudariam a implodir a ditadura e consolidariam o movimento sindical cutista.

O filme foi restaurado recentemente, com ajuda da Petrobrás, e ganhou cópias novas em 35mm (o formato original é 16mm) que vão ser exibidas no festival É tudo Verdade, no final de março, em São Paulo, e em abril, no Rio de Janeiro. A produtora Tapiri, realizadora do filme, espera ainda que a fita chegue a outras salas pelo país. Anote o telefone: (19) 3289-2693.

M@is sobre a 158 e 151 em www.cut.org.br/convencoes

leitor@cut.org.br